

De como antigos papéis se tornaram uma experiência pedagógica. Documentação, Ensino e Pesquisa em História

Of how old papers became a pedagogical experience. Documents, teaching and Historical research

Ângelo Emílio da Silva Pessoa

 <https://orcid.org/0000-0001-9409-9651>

Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O referido artigo se remete a uma experiência desenvolvida a partir da localização de uma documentação dispersa e dada por perdida, localizada na Câmara Municipal da cidade de João Pessoa em 2017, em sua maior parte referente às primeiras décadas do século XIX e com variada informação sobre a então cidade da Parahyba. Ao tomar contato com a referida documentação, desenvolvemos esforços para a sua restauração e para a pesquisa e difusão do conteúdo dos mesmos. Envolvendo a cooperação de instituições públicas, esse trabalho tem como eixos centrais os procedimentos técnicos para restauração e conservação do referido acervo, bem como a sua pesquisa e divulgação. Em relação ao segundo eixo – objeto central do presente artigo –, além da disponibilização digital de parte do material para pesquisadores, foram desenvolvidas várias Oficinas de Iniciação à Pesquisa no Curso de Graduação em História da UFPB, que abrangeram procedimentos iniciais de pesquisa documental, noções de paleografia, levantamento de hipóteses, consulta à bibliografia pertinente e apresentação dos resultados através de projeção de slides e de produção textual em Blog. Essas Oficinas envolveram mais de duas dezenas de estudantes de Graduação, de Pós-Graduação e Professores da Educação Básica, tendo sido realizadas tanto no âmbito de uma disciplina de Graduação quanto em espaços ligados à educação básica e outros. Como resultados, além da iniciativa pontual de preservar e divulgar a referida documentação, a experiência pretende afirmar a necessidade de um pleno vínculo entre a formação do pesquisador e do docente nos Cursos de Graduação em História.

Palavras-chave: Documentação – Pesquisa em História – Ensino de História – João Pessoa (Cidade)

Abstract: This article approaches an experience developed from documentation which was dispersed and considered lost, although it was located at Municipal Council of João Pessoa (Brazil) in 2017. The mainly part of this documentation is concerning from the first decades of 19th Century and contains diversified information about the old city as known as Parahyba. When we get in touch with this documentation, we have begun to developed efforts to ensure the restoration for researching and diffusion of these contents. Through the cooperation with public institutions, this work has a main purpose - the technical procedures for restoration and conservation of this collection as well researching and disclosing this documentation. Regarding that the second main object of this article, in addition is to provide access of part of this digitalized material for researchers and also was developed many Workshops for beginners to research as part of History subject, during the graduation of this University, including initial procedures concerning documental



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

researches as paleography concepts, hypothesis formulation, reviewed relevant bibliography according the subject, presentation of the results using slideshows and textual production posted on a blog. Those Workshops have involved more than two dozen of students doing bachelor's degree and master's program or PhD degree, moreover with elementary school teachers which implies in this educational discipline scope for bachelors as connected to the elementary education and further more. In terms of results, in addition to preserve and disclosure the referred documentation, the experience intends claim a requirement of a strong link between training researchers and teachers in graduation in History.

Keywords: Documentation – History Research – History Teaching – João Pessoa (City)

Ora, como a existência e a conservação dos documentos se devem ao jogo de um conjunto de forças que não foram ordenadas em vista das exigências de um historiador eventual (o que simboliza a palavra irracional “acaso”), resulta daí que nunca saberemos desse passado tudo o que ele foi, nem mesmo tudo o que somos capazes de saber dele
(MARROU, 1975. p. 62)

Qual a frequência da experimentação da pesquisa documental em fontes escritas em Cursos de Graduação em História? Ela continua, tal e qual em outras gerações, a compor um acervo tradicional do processo formativo de futuros historiadores? A ampliação do leque documental para imagens, sons e outros suportes de memória teria desalojado o texto escrito de seu lugar tradicional como a mais relevante fonte de informações para o estudo da história? Essas questões permeiam o presente artigo.

No nosso entendimento, a documentação escrita – mesmo a de cunho mais oficial – não deve ser abandonada de maneira equivocada como “produto de um poder” a ser repellido, mas entrevista por outros olhares e dialogando com todos os suportes possíveis de memória, trazendo novas indagações. Dizendo aqui em bom português: apenas compulsando “papeis velhos” com perguntas novas é que Carlo Ginzburg ou João José Reis puderam trazer a lume as trajetórias de Menocchio ou dos malês baianos, que estiveram submersas na historiografia que lhes precedeu. Ou, como nos indicaria Marrou:

As coisas são muito mais complexas: um *stock* determinado de documentos representa uma massa inesgotável de ensinamentos, porque existe um número indefinido de perguntas diferentes a que estes documentos são susceptíveis de responder, se forem bem interrogados. A originalidade do historiador consistirá amiúde em descobrir a maneira como tal grupo de elementos, que já se consideravam bem explorados, pode passar a responder uma pergunta nova.
(MARROU, 1975. p. 66)

Assim, iremos nos debruçar sobre uma experiência com uso de documentação escrita, de uma instituição estatal – uma Câmara Municipal – com caráter oficial, ou seja, que poderia ser considerada a quintessência de uma produção feita à sombra (ou à luz, à preferência do leitor) do poder, apontando como o levantamento de questões pertinentes pode trazer à tona muito mais do que seria possível numa primeira e apressada vista, tal como asseverou Bloch em relação aos vestígios do passado: “conseguimos, todavia, saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. [É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado]”. (BLOCH. p. 78).

Arlette Farge nos aponta aqui uma questão importante e que cabe em larga medida para a nossa experiência, a de que



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história [...] O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico (FARGE, 2009. p. 14).

Há distância entre a documentação trabalhada por Farge e a que tivemos acesso, em termos de volume, natureza e alcance cronológico, mas aqui acolá é possível entrever esse “tecido dos dias”, ou penetrar nos aspectos do cotidiano, como define Heller, as “partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (HELLER. 1985, p. 18)

A experiência realizada envolveu um público que engloba predominantemente estudantes de Graduação em História, mas abrangeu outros públicos ligados à educação básica ou mesmo à pós-graduação, enfeixando uma prática que se propõe a ter um papel educativo de estímulo à indagação e produção criativa e à interação com o espaço público, como propõem as discussões provenientes do campo da história pública¹. Outrossim, a opção pela referida experiência possibilitou a adoção de um processo didático e avaliativo que dispensou a mais formal da prova escrita e colocou os estudantes diante de uma metodologia ativa de trabalho com a disciplina.

Cumprido, desde já, salientar que muito se discute sobre a didática do ensino de História voltada para a educação básica, mas pouco se discute a mesma quando se tangencia o ensino superior. Parece haver um pressuposto de que esse ambiente permitiria, quase naturalmente, uma intrínseca condição didática de excelência, que dispensaria maiores reflexões, mas nos aventuramos a perguntar se não nos falta questionamento nesse sentido, considerando os cenáculos acadêmicos e seus nichos de poder. Se certos problemas tão bem detectados nas Escolas não começariam, em certo sentido, nos bancos universitários².

Passemos, então, à narrativa da experiência.

As coisas começam de maneira quase fortuita em 2017, quando um arquivista da Câmara Municipal de João Pessoa localiza, dispersos, em meio ao acervo que remonta a 1947 – ano de reabertura da Câmara após o Estado Novo –, pequenos maços de documentos avulsos e uns poucos livros, referentes ao século XIX e início do XX. Cuidadoso e ciente do seu valor, Eron Mendes, eis o seu nome, começa a separar a documentação, informando a Casa sobre a sua localização.

Feitas as primeiras tentativas de desenvolver algum projeto a respeito, a coisa só anda efetivamente no ano seguinte, quando o autor dessas linhas, junto com um orientando de Mestrado, Lucas Nóbrega, chega à Câmara na tarde de 08 de Agosto de 2018. O objetivo do mestrando era de encontrar documentação das primeiras décadas do século XX para a sua pesquisa. O orientador estava ali por a fim de se informar sobre aquele arquivo e deslindar o mistério de uma Câmara que remonta ao final do século XVI só possuir documentos das últimas

¹ A História Pública tem se constituído num campo em franco avanço nas duas décadas mais recentes no Brasil, motivada pela necessidade de uma maior interação entre o conhecimento produzido nas Universidades e a comunidade em geral, de modo a qualificar os debates e criar um rico intercâmbio de experiências, que está longe de ser uma via de mão única. Apenas a título de indicação, por não ser objeto principal desse artigo, sugerimos as obras de ALMEIDA e ROVAL (2011), MAUAD et al (2016) e CARVALHO e TEIXEIRA (2019).

² Sobre isso, lembramos um clássico artigo de Déa Fenelon “A Formação do profissional de História e a realidade do ensino”, publicado em 1982, quando a aponta que existe uma relação entre ambas as dimensões formativa e de atuação profissional. Compulsando diversos periódicos ligados ao ensino de História foi possível perceber que poucos artigos problematizam o ensino praticado no âmbito superior enquanto ensino em si (sua qualidade didática) e sim enquanto formação de futuros docentes voltados a atuar na educação básica.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

sete décadas. Olha aqui, pergunta ali, surge a indagação sobre a eventual inexistência de documentação mais antiga e, nesse momento, outro arquivista da instituição, Marinésio Gonçalves, dispara:

– Recentemente um colega nosso descobriu uns documentos que chegam a 1814, querem ver?

Como não? Imediatamente nos foram fornecidas máscaras e luvas e uma caixa vermelha abarrotada de papéis surgiu à nossa frente. Havia pastinhas com papéis avulsos, poucos livros e muita curiosidade.

Nos primeiros momentos, olhando a esmo e tentando decifrar a singular escrita de outras épocas, surge uma notícia de 1825 informando sobre o nascimento do Príncipe Imperial; logo depois aparece algo falando de uma confusão na Rua das Convertidas; surge, ainda, algo relativo à cobrança de licenças para o funcionamento de lojas, tavernas, boticas e botequins. Em minutos, Lucas começa a rir diante de um inusitado documento falando de uma curiosa máquina destinada a restaurar a vida das pessoas afogadas. Nessa altura, vários funcionários presentes ficaram fascinados diante do singular valor daqueles documentos, que traziam toda uma série de informações sobre a velha cidade, cujos papéis, em sua grande maioria, desapareceram diante da voragem do tempo e da incúria das pessoas. Nos dias seguintes, retornamos mais algumas vezes e conversamos com os responsáveis, a fim de pensar o que poderia ser feito em relação aos documentos.

Antes de seguir a narrativa dessa experiência, façamos uma breve parada com o fito de localizar melhor o leitor e situar qual o valor da documentação localizada.



Fotografia 01 – Estado da documentação localizada na Câmara Municipal de João Pessoa (15/08/2019).

Foto do autor.

De como se fazem e destroem certas coisas

João Pessoa é uma das poucas cidades brasileiras que ultrapassa os quatro séculos, surgida em fins do século XVI, quando a colonização lusitana arranhava as costas feito caranguejo – na feliz imagem do Frei Vicente do Salvador –, diante da tenaz resistência dos povos indígenas e do desconhecimento do vasto território. Nessa época, a atual cidade era o limite norte das conquistas lusitanas e vivia-se uma encarniçada disputa pelo território envolvendo potiguara,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

tabajara, luso-espanhois (na união ibérica) e franceses. Em poucos anos chegariam os holandeses para também tentar valer suas posições nessa disputa.

Os poucos relatos coevos deram noção aos historiadores dos desafios vividos pelos agentes do processo. A cidade estabelecida, com o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, logo passou a contar com uma Igreja Matriz, uma Câmara Municipal, uma Santa Casa de Misericórdia, fortificações e algum espaço reservado do Governador da Capitania da Paraíba. O primitivo município englobava em seu território, além da atual João Pessoa, uma série de municípios circunvizinhos, que hoje constituem Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Conde e Lucena. É a esse território “dos caranguejos” que iremos nos limitar, pois a problemática ganha outros contornos quando se remete ao interior da Capitania.

A economia da Cidade e da Capitania nunca foi tão possante quanto a de sua vizinha imediata, Pernambuco, de tal forma que pouco cresceu nos séculos seguintes, apesar dos canaviais e engenhos se espriarem pelas várzeas do rio Paraíba, principal curso d’água local. Surgida em meio às disputas coloniais, os conflitos militares e sociais faziam parte da vida cotidiana³. Além das alongadas e complexas disputas entre indígenas e europeus, em algum tempo também ingressaram neste território africanos escravizados, destinados a atender as demandas incessantes de mão de obra para a economia açucareira.

Em meados do século XVII, após a expulsão dos holandeses, a presença lusitana (já separada da Espanha) se consolidou na região. Anos de guerra quase contínua deixaram a economia da Capitania em estado precário e isso foi efetivamente registrado por duas singulares ausências, que aludiremos adiante:

Primeiramente registramos a ausência de edificações notáveis dos primeiros anos no estado na qual existiram em sua forma original. Algumas edificações, especialmente religiosas, até então existentes, sofreram bastante com a ocupação holandesa e foram em parte reedificadas e embelezadas daí em diante. As edificações militares e administrativas, por sua vez, também tiveram de sofrer várias reconstruções, o que não era fácil, devido ao estado das finanças da Capitania. Pouco ou nenhum vestígio há de diversas edificações civis no perímetro urbano e apenas prospecções arqueológicas poderão trazer novos elementos para se entender melhor a sua presença na cidade: uma parede aqui, um piso acolá talvez revelem algumas pistas, poucos traços preservaram no corpo físico da atual cidade. As construções precárias em palha, madeira e outros materiais, dos mais pobres, não deixaram quaisquer vestígios de sua existência. O traçado de algumas ruas se manteve e algumas outras foram sendo lentamente abertas e retificadas nos séculos seguintes. Um largo aqui, um adro ali, um terreiro acolá e resta pouquíssima informação da estrutura física do que um dia foi a Filipéia de seus inícios⁴. Nomeada brevemente como *Fredrichstadt* (Frederica) pelos holandeses, e consolidado seu nome pelo uso popular de Parahyba após a expulsão dos batavos, a cidade varou o período colonial. A disponibilidade de escassa documentação visual (escassos registros portugueses e holandeses) fica muito difícil ter informações precisas das feições urbanas dos primeiros tempos, muito embora pacientemente gerações de investigadores tenham minerado informações preciosas em seu labor.

³ Sobre esse período conflituoso apontamos o trabalho de GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

⁴ Um trabalho de amplo alcance sobre a história urbana de Filipéia/Parahyba em seus primeiros séculos é o de MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil – séculos XVI-XVIII**. João Pessoa: IPHAN: Superintendência na Paraíba, 2010.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Outra ausência notável é a de documentação escrita coeva referente aos primeiros tempos. À exceção do que foi remetido para o Reino de Portugal, ao que existe registrado na Holanda, nos diversos arquivos eclesiásticos, em coleções privadas ou em alguma outra Capitania – especialmente Pernambuco ou Bahia – inexistem documentos escritos anteriores à expulsão dos holandeses em acervos do solo local. O que as contendidas ou o desleixo humanos não deram conta, os elementos da natureza completaram o serviço.

Entretanto, considerando que a partir de meados do século XVII, malgrado todas as dificuldades econômicas e outros embates de ordem social, a cidade da Paraíba ganhou certa estabilidade urbana desde então, e isso fica registrado também na consolidação de algum patrimônio arquitetônico notável (religioso, militar, administrativo e residencial), que foi reconhecido pelos órgãos de preservação já no século XX. Quanto à documentação escrita, outro importante testemunho e patrimônio, a situação é lastimável.

De tudo o que foi produzido na cidade desde meados do século XVII, muito pouco remanesce nos acervos locais, e mesmo a documentação eclesiástica não conta com um volume considerável de fontes disponíveis para o pesquisador. Além do mais, as fontes cartorárias e judiciais apresentam lacunas, dificuldades de acesso e problemas de conservação que urge providências. As investigações de gerações de pesquisadores sanaram um pouco essa escassez, especialmente localizando e copiando fontes escritas em outras plagas ou compulsando criteriosamente fontes locais, mas a situação dos acervos locais ainda se marca em grande medida pela falta de reconhecimento sobre a sua importância e cuidados com o seu zelo.

Chegando ao caso das Câmaras Municipais em geral e dessa em particular, os pesquisadores sabem que seus acervos são valiosos repositórios de informações sobre a vida local. Por terem se constituído durante séculos no grande órgão dirigente dos municípios e lidarem com questões candentes do cotidiano, lá estão registradas informações de todo o tipo sobre o dia a dia do viver em cidades. Logo, um acervo camarário bem preservado traz elementos fundamentais para bem se conhecer a vida local em detalhes não captados pela documentação administrativa mais geral. Então, podemos começar a fazer um balanço do que significam esses poucos papéis localizados recentemente.

Se o atual município de João Pessoa existe desde finais do século XVI e a documentação camarária conhecida até 2017 recuava apenas até 1947, isso significa que inexistia em acervos locais um único papel da Câmara referente ao período de c.1585 e 1946, ou seja, nada em torno de 361 anos, numa cidade que chegou aos 437 em 2022. Resumindo em números bem precisos: de 437 anos, tudo referente aos primeiros 361 anos desapareceu por um motivo ou outro e apenas sobraram registros camarários dos últimos 75 anos, tomando 2022 por baliza. Em relação ao que se remete a antes de meados do século XVII, podemos lançar o sumiço na conta dos holandeses, o mais, corre por conta das gerações que se sucederam. Convulsões políticas e sociais, quando arquivos costumam a sofrer danos, podem responder por uma parte. Não obstante, no plano principal, o discreto desleixo do dia a dia responde pela perda do maior volume documental.

Antes de seguirmos adiante, precisamos fazer um esforço para imaginar o que ainda remanesca no acervo camarário em meados da década de 1930, quando a mesma teve suas atividades encerradas pela ditadura do Estado Novo e só foi reaberta em 1947. O que teria acontecido com a documentação ainda existente durante cerca de dez anos decisivos nos quais a Câmara permaneceu fechada entre as décadas de 1930 e 40? Onde teria sido guardada? Por quem? Sob que condições? Haveria a sorte de se localizar mais alguma coisa dispersa por algum desvão administrativo ou em mãos de particulares?



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Vamos, adiante, descrever o pouco que sobrou, que deve dar uma ideia do montante que existia.

Daquilo que sobrou do que não foi perdido

Voltando à narrativa do que foi localizado, indicamos em linhas bastante gerais o seguinte conteúdo: um Livro de Mandados de Despesas da Câmara da Cidade da Paraíba (1814-18), um Livro de Registro de Ofícios da Câmara da Cidade da Paraíba (1825-1829), um Livro de Atas da Câmara da Cidade da Paraíba (1910-1912), um Livro de Atas da Câmara da Vila do Conde (1816-1828) e alguma documentação avulsa recebida entre 1824 e 1829. Feita a estimativa do que deve ter existido, podemos considerar, sem exagero, que o que foi localizado perfaz, se muito, um por cento do que deve ter sido produzido, ou seja, a perda foi enorme e lastimável e o pouco que sobrou ganha uma relevância considerável, por permitir entrever fragmentos importantes da vida na cidade em tempos pretéritos. Estamos bem longe das características e da massa documental compulsada por Arlette Farge em outro contexto bem distinto, mas suas considerações pertinentes acerca da sensibilidade necessária aos historiadores nos servem de baliza, malgrado as diferenças a serem observadas.

Num primeiro levantamento ainda nos primeiros dias, pudemos localizar informações sobre criação de Escolas de Primeiras Letras, abastecimento de água e gêneros alimentícios, obras públicas, saúde pública, questões de natureza mais estritamente política, documentos provenientes da Corte do Rio de Janeiro, informações sobre caminhos e pontes, informações sobre as Ordenanças, ou seja, um amplo leque de situações que apareciam e traziam pequenos mais importantes elementos para estudos acerca da vida urbana.

Uma vez obtida essa visão mais geral, tratou-se de estabelecer uma série de providências no sentido de preservação desses documentos. Para tanto, foram estabelecidas uma série de negociações nos meses seguintes, visando estabelecer uma colaboração entre a Câmara Municipal, a Universidade Federal da Paraíba (através dos Departamentos de História e Arquivologia e do Arquivo Central, então sob a direção da Professora Julianne Teixeira da Silva) e a Fundação Casa de José Américo (com a colaboração da Prof^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e equipe técnica da instituição). Dessa forma, num primeiro momento os documentos foram transferidos para a FCJA, que contava com um privilegiado espaço físico e uma equipe técnica qualificada, o que permitiu o desenvolvimento do urgente processo de higienização dos documentos. Nesse sentido, a Professora Danielle Alves de Oliveira, da área de Restauração do Departamento de Arquivologia da UFPB, realizou uma Oficina de atualização de procedimentos de higienização com o corpo técnico da FCJA, visando o aprimoramento e incorporação de novas técnicas de trabalho e a arquivista Maria Aparecida Pina Chaves realizou todo o processo de higienização. Concomitantemente, procederam-se os primeiros registros preliminares dos documentos possíveis de manuseio, visando à futura catalogação e à divulgação de seu conteúdo.

Nesse meio tempo, muitos pesquisadores e grupos de pesquisa interessados pela divulgação difundida nas mídias locais⁵, visitaram a FCJA para conhecer em linhas gerais o material e o trabalho em desenvolvimento. Além de muitos colegas historiadores e de áreas afins

⁵ Ao ser divulgada a existência dessa documentação, inúmeras matérias e entrevistas foram realizadas pela mídia local, suscitando mais de 30 entrevistas e matérias em telejornais, jornais impressos e outras mídias. Do conjunto dessas divulgações e das atividades delas desdobradas, que englobaram até uma série de programas de rádio em torno dos 200 anos da Independência e ações patrimoniais diversas, resultou a concessão ao autor da Medalha ANPUH de História Pública para o biênio 2021/2023.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

da UFPB, da UFCG, da UEPB e da UERN, contamos com a visita de estudantes dos Programas de Pós-Graduação em História da UFCG e UFPB e do Grupo de Pesquisas História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO-UFPB). Também a difusão da notícia trouxe o interesse da equipe do documentário televisivo **Luzes da Amazônia Azul**, sobre a história dos faróis no litoral brasileiro e que, ciente da localização de documentos alusivos a técnicas de pesca em currais, filmou parte de um episódio referente a João Pessoa, lançado no início de 2022.

Após alguns meses na FCJA, os documentos migraram para o Arquivo Central da UFPB, que ficou responsável pelo seu acondicionamento. Nesse momento, foi dado prosseguimento ao registro e divulgação e analisados os primeiros procedimentos para a sua restauração e digitalização no Laboratório de Restauração do Departamento de Arquivologia, interrompidos em Março de 2020, diante do quadro pandêmico estabelecido.

No entanto, parte ponderável do material pode ser fotografada ou *scaneada* e a mesma foi disponibilizada em formato digital a pesquisadores interessados ou viabilizou uma série de atividades acadêmicas ligadas ao ensino e à pesquisa em História, que é parte substancial do que trataremos adiante.

Do que já se fez daquilo que sobrou

Um dos primeiros pontos a ressaltar em relação ao primeiro momento do trabalho disse respeito à ampla publicidade que o material recebeu na mídia local tão logo noticiado pela própria Câmara em Outubro de 2018. Praticamente todos os veículos de comunicação como telejornais, jornais impressos, emissoras de rádio e outras mídias, divulgaram fartamente a descoberta dos documentos. Cada entrevista demandava questões sobre “informações inéditas do século XIX”, constantes nos documentos. Ante à curiosidade do público, foi possível divulgar a relevância que essa e outras documentações tinham para a história da cidade, numa perspectiva de educação da opinião pública frente a essa questão. Na esteira dessa miríade de notícias, a TV Câmara produziu uma reportagem documentário, levada ao ar no aniversário da cidade, em Agosto de 2019, com cerca de uma hora de duração, lastreada nas informações obtidas nos documentos. Na mesma ocasião, outros canais de TV locais produziram matérias com base nessa documentação, em virtude do aniversário de fundação da cidade. Ainda em 2019 foram ao ar quatro episódios do programa **Pílulas do Conhecimento**, da TV Câmara, com temas alusivos aos documentos.

A par de todo esse trabalho junto à opinião pública, se estabeleceram duas outras frentes, quais sejam: o trabalho arquivístico de restauração, registro e digitalização dos documentos, a cargo do Arquivo Central da UFPB e do Laboratório de Restauração do Departamento de Arquivologia e o trabalho inicial de levantamento das possibilidades de pesquisa e produção de material educativo, a cargo do Departamento de História. Da documentação em melhores condições de consulta e digitalização ou fotografia, foi possível obter uma percepção de um amplo leque temático existente e seu potencial de uso. Essa segunda frente é a que trataremos em seguida.

Da iniciação à pesquisa e do ensino de História

Certamente, com o avanço do conhecimento do material e a possibilidade de localização de mais fontes ou do seu cruzamento com documentos de outros acervos, haverá um ganho para a pesquisa dos temas locais. No entanto, dado o caráter do que se encontra disponível, o desafio



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

posto foi o de como tornar o mesmo objeto de educação no sentido da iniciação à pesquisa e ao ensino de História, relacionando, ainda, à necessária extensão universitária. A experiência envolveu dezenas de pessoas, entre professores, estudantes e outros profissionais, cujos nomes irão sendo mencionados à medida em que as atividades pontuais forem sendo apresentadas.

O ponto de partida das atividades de captação do conteúdo da documentação foi a elaboração de uma Ficha de Registro, na qual fosse realizada uma descrição preliminar dos documentos, conforme já aduzimos acima. Feito um modelo e uma consulta às colegas da Arquivologia, cada participante voluntário, estudante de Graduação e Pós-Graduação em História recebeu treinamento para o manuseio adequado do que estava em condições (parte da documentação não foi manuseada, aguardando seu restauro e digitalização), a fim de proceder esse registro, conforme pode-se ver na figura abaixo.

“Que histórias nos contam os velhos papéis da Câmara?” (FICHA 1 – GERAL)			VOLUME	PÁGINA
“DESCRIÇÃO PRELIMINAR DA DOCUMENTAÇÃO LOCALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE XXXX XXXX (1814-1912).”			CAP. 01	001
DOCUMENTO	LOCAL DATA	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES	
CAP.1 - 001	XXXXXX (30/09/1824)	Vice-Presidente da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado notifica sobre a falta de médicos e recomenda à Câmara Municipal a contratação do Dr. Jacques Dupuis, recomendado pelo Brigadeiro Comandante da Divisão Pacificadora de Pernambuco.	OBS – Dúvida em relação à data 1824 ou 28, parecendo ser a primeira.	
CAP.1 - 002	XXXXXX (02/10/1824)	Documentos subsequentes ao CAP. 1-001, referentes a disputas em torno da nomeação do médico, entre Jacques Dupuis e Manuel Gomes da Fonseca. (07 páginas).	- Contexto de disputas posterior à Confederação do Equador (?) - [07 páginas].	
CAP.1 - 003	XXXXXX (05/10/1824)	Vice-Presidente da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado comunica sobre o próximo aniversário do Imperador e se pronuncia sobre a pacificação das Províncias da Parahyba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.	- Confederação do Equador. - [03 páginas].	
CAP.1 - 004	XXXXXX (26/10/1824)	Vice-Presidente da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado, a partir de notificação da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda, determina que a Câmara tome providências para regularizar a cobrança do Subsídio Literário.	- Instrução [Subsídio Literário]	
CAP.1 - 005	XXXXXX (29/11/1824)	Presidente Interino da Província Alexandre Francisco de Seixas Machado notifica a Câmara acerca de Imperial Provisão, inclusa em cópia, relativa a procedimento legal com o Dr. Francisco de Souza Paraizo, que servia de Ouvidor Geral nesta Comarca, tendo abandonado suas funções sem ordem do Imperador.	- Ouvidor Geral	

Quadro 01 – Registro Preliminar da documentação localizada na Câmara Municipal de João Pessoa. Fonte: do autor.

Essa organização preliminar não alterou a ordem com a qual os documentos vieram da Câmara, uma vez que os mesmos possivelmente foram localizados por alguém da própria Câmara em meados da década de 1990 – conforme se deduziu posteriormente –, que os inseriu em capilhas, estabeleceu alguma numeração e tornou a guardar, sem noticiar amplamente a situação, que culminou com a redescoberta em 2017. De antemão, e considerando que a organização devia respeitar certa lógica, decidimos por não ser procedida qualquer reordenação antes de uma visualização completa do material e da relação entre as partes. A análise constatou que possivelmente esses avulsos estivessem encadernados (dada a presença de fiapos de cordão em algumas páginas) e que as capas tivessem sido descartadas diante de seu desgaste e os papéis tivessem sido acondicionados na referidas capilhas. De todo modo, os estudantes



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

envolvidos⁶ tiveram acesso a conhecimentos da área de Arquivologia e também ingressaram no conhecimento da Paleografia, disciplina que muitos se interessaram em cursar em função da experiência.

No prosseguimento dos referidos registros, vários estudantes acabaram por se interessar pelo estudo de temas da história local e foram procedidas leituras complementares, de obras relevantes da historiografia nacional e local ou sobre temáticas específicas reveladas nas leituras dos documentos, de modo a dar uma melhor percepção em relação ao que aqueles papéis informavam. Aliava-se o interesse pelo trato com a documentação e a pesquisa em História. O passo seguinte seria o de articular essas dimensões com o ensino de História, considerando, inclusive, a condição de um Curso de Licenciatura em História, o que não poderia ser relegado a um plano menos importante no processo formativo.

Certamente, na maioria dos Cursos de Graduação estão presentes disciplinas voltadas para a formação inicial de pesquisa, entre as quais despontam as de Metodologia da História, que teriam papel fundamental de possibilitar aos seus estudantes a se habituarem ao instrumental básico de pesquisas, através das visitas a arquivos, seleção e análise de fontes, procedimentos técnicos de leitura e transcrição, construção de hipóteses, leituras de apoio, enfim, uma pletera de práticas que dariam ao estudante um cabedal importante para a sua formação.

Não podemos aqui apontar em que medida esses objetivos são cumpridos e garantir se a grande maioria dos estudantes de Graduação tem acesso a esse tipo de experiência. Para tanto seria necessária uma verificação de amplo espectro em todo o país (pode haver discrepância regionais e locais), mas nossa experiência tem revelado que em algumas circunstâncias que pudemos aferir, as disciplinas de Metodologia por vezes se limitaram à realização de leituras sobre questões metodológicas – certamente da maior relevância –, mas pouca prática nesse sentido, como se poucas vezes os estudantes pusessem a “mão na massa”, de tal forma que muitos têm uma série de leituras sobre pesquisa documental escrita, oral, visual, mas nem sempre experimentaram praticar essas metodologias.



Fotografias 02 e 03 – Estudantes de Graduação e Pós-Graduação em História da UFPB envolvidos no processo de registro preliminar dos documentos. Foto do autor.

O saldo dessas questões é que se formulou a proposta de elaboração de uma Oficina de Pesquisa, na qual esse conhecimento pudesse ser socializado em termos do ensino de História, possibilitando uma prática que quebrassem as renitentes fronteiras entre essas dimensões do labor

⁶ Os estudantes que participaram de etapas diversas do registro preliminar da documentação foram Aldenize da Silva Ladislau, Cássio Geovani da Silva, José Vilker Martins Marinho, Laís Wanderley Felipe, Leoneide Maria de Freitas Pereira, Lucas Gomes Nóbrega, Lucas Silva Diniz (Romarinho), Maria das Graças Lins Antes, Matheus Pereira da Costa, Rafaela Marques Torquato, Reginaldo Ferreira da Silva Neto e Thiago Lacombe Torquato Carvalho.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

historiográfico. Nesse sentido, e em consonância com o Grupo de Trabalho (GT) de Ensino da ANPUH-PB, no dia 23 de Fevereiro de 2019 foi apresentada a Oficina Pedagógica **“Que histórias nos contam os velhos papéis da Câmara Municipal?”: uma experiência didática com uso de documentos escritos e outras fontes em História**, voltada para professores e demais interessados da educação básica e superior. Ela foi apresentada por estudantes de Graduação e Pós-Graduação, mas contou com a participação de ouvintes docentes e discentes da educação básica. Essa Oficina consistiu na seleção de quatro temas, obtidos a partir do uso de reproduções dos documentos registrados e compulsados, estudados numa pesquisa preliminar e, de forma subsequente, apresentados ao público. Num primeiro momento, o coordenador do projeto e autor dessas linhas fez uma explanação geral do mesmo e da importância da pesquisa em documentação camarária e em seguida, quatro duplas de estudantes⁷ desenvolveram considerações sobre os documentos e temas escolhidos na preparação da atividade, a saber: **O Documento e o Monumento** (referente a uma solicitação de recolhimento de fundos para a ereção de um monumento equestre ao Imperador D. Pedro I, em 1825), **Parahyba no século XIX: entre a Província e o Império** (sobre o contexto entre a Revolução de 1817 e a Legislatura de 1827, a partir da trajetória de um importante político local), **As Idas e Vindas do Ensino de Primeiras Letras na Parahyba da Independência** (sobre a documentação alusiva à criação de Escolas de Primeiras Letras na Província) e **Religião, Política e Festividades na Parahyba do século XIX** (sobre documentos referentes a festividades cívicas e religiosas naquele contexto).



Fotografias 04 e 05 – Apresentação da Oficina com os documentos por estudantes de Graduação e Pós-Graduação em História no GT de Ensino da ANPUH-PB (23/02/2019) e na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos (06/08/2019). Foto do autor.

A experiência foi amplamente estimulante e gerou uma série de outros desdobramentos, tais como o convite para a apresentação da Oficina (com adesão de outros participantes) em disciplinas de Graduação nos Cursos de História e Arquivologia (Introdução aos Estudos Históricos, a cargo da Professora Ana Maria Veiga; Paleografia, sob responsabilidade do Professor Acácio José Lopes Catarino e Representação e Análise da Informação, ministrada pela Professora Geysa Flávia Nascimento), assim como para a equipe técnica da Fundação Casa de José Américo e também para participantes do XXXVI Encontro Nacional de Estudantes de História (realizado em João Pessoa em Abril de 2019). Ainda, dado o interesse despertado, foram realizadas duas Oficinas com estudantes do PPGH-UFPB, na disciplina de Metodologia da História, nos anos de 2019 e 2020 (a segunda por meio virtual). Além das referidas Oficinas, e como produção escrita dela derivada, procedeu-se a elaboração de breves artigos, que foram

⁷ Os estudantes de Graduação e Pós-Graduação em História da UFPB envolvidos nessa Oficina foram Aldenize da Silva Ladislau, Cássio Geovani da Silva, Laís Wanderley Felipe, Leoneide Maria de Freitas Pereira, Lucas Gomes Nóbrega, Maria das Graças Lins Antes, Rafaela Marques Torquato e Reginaldo Ferreira da Silva Neto.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

publicados no **Blog História Grande**⁸, disponíveis para os interessados, sendo os primeiros textos os seguintes: **I. O Ofício de Historiador: um breve passeio pela Parahyba do século XIX** (de José Vilker Martins Marinho), **II. Um Monumento ao Imperador**: para eternizar a memória e o poderio sobre as províncias e as gentes (de Maria das Graças Lins Antes e Laís Wanderley Felipe) e **III. Do arquivo à sala de aula**: algumas reflexões e vivências ocorridas com os documentos da Câmara Municipal da cidade de João Pessoa-PB (de Cássio Geovani da Silva).

Ainda como desdobramento dessa primeira Oficina, desenvolveu-se outra, realizada em dois dias e de caráter mais estritamente temático, denominada **Atividades urbanas e usanças técnicas na Parahyba do século XIX através dos documentos da Câmara Municipal** (apresentada por mim e pelos mestrandos Cássio Geovani da Silva e Lucas Gomes Nóbrega), realizada durante a **XIV Semana de Educação, Ciência de Tecnologia do Instituto Federal da Paraíba (SECT-IFPB)**, nos dias 26 e 27 de Novembro de 2019. Essa atividade, em parceria com os colegas daquela instituição, surgiu a partir do fato de que havia sido possível detectar na documentação a presença, mesmo que em breve menção, de uma série de usos de procedimentos técnicos na cidade da Paraíba de inícios do século XIX, referente à construção de vias de trânsito de pessoas e animais, de iluminação pública, de construção de pontes, de abastecimento de água, de técnicas de pescaria, entre outras. Os participantes, estudantes do ensino médio, foram divididos em grupos estabelecidos por atividades no primeiro dia e apresentaram os resultados de suas breves investigações no segundo dia.



Fotografias 06 e 07 – Oficina *Atividades Urbanas* realizada no IFPB (26 e 27/11/2019). Na foto 07 o então estudante do IFPB, Enzo Fernandes Vieira, hoje Graduando em História pela UFPB. Fotos do autor.

A par dessas atividades produzidas pelo grupo envolvido com o projeto desde a sua origem, um desafio se colocava, que era o da sua efetivação como atividade letiva em uma disciplina, envolvendo a iniciação à pesquisa e a docência, por intermédio de sua transformação em um instrumento avaliativo. Essa oportunidade se concretizou através da disciplina de Graduação Metodologia da História II, nos semestres letivos 2019.1 e 2019.2, cujas turmas desenvolveram trabalhos de avaliação a partir de outros conjuntos documentais selecionados.

Num primeiro momento, a disciplina obedeceu a um formato convencional, com a utilização de leitura e discussão de textos que gerassem subsídios metodológicos para a pesquisa em História, sendo finalizada com uma prova escrita. Concomitantemente, através de diálogo (era uma experiência nova e alguns participantes manifestaram certa insegurança inicial), da

⁸ Todos os artigos derivados das Oficinas e que serão mencionados aqui estão disponíveis no Blog História Grande <https://historiagrande.wordpress.com/>.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

colaboração do Estagiário-Docência Cássio Giovani da Silva e de outros colegas da Graduação e da Pós-Graduação, foram definidos os grupos e temas e fornecida a bibliografia de apoio para os assuntos escolhidos⁹, havendo várias aulas nas quais os grupos eram atendidos pelo professor e os colaboradores. Era uma aparente e criativa “balbúrdia” (termo então em voga quando um ex-ocupante do Ministério da Educação acusou as Universidades públicas de serem antros dessas práticas). Em termos de avaliação, a produção e apresentação do *power-point* consistia numa das notas e a publicação de artigo no **Blog História Grande** em outra.

Feita a seleção prévia de reproduções de quatro ou cinco documentos por temas, estes foram organizados em pastas específicas (depois acrescidas por referências bibliográficas de apoio), versando sobre os seguintes temas gerais: I. Águas da Cidade, II. Cultura Política, III. Primeiras Letras, IV. Política Internacional, V. Medicina e Política, VI. Vida Econômica e VII. Caminhos e Passagens.

Na azáfama que se seguiu, além dos desafiantes procedimentos transcrição paleográfica, surgiram indagações sobre diversas questões como: quais as consequências políticas do falecimento da Imperatriz Dona Leopoldina para o Império e por que a Câmara Municipal deveria fazer uma cerimônia de exéquias para ela? (documentos de 11/12/1826 e 23/03/1827); qual o impacto do descarte irregular de lastro por naus inglesas no estuário do rio Paraíba? (documento de 04/03/1825); por que o Governo da Província determinava à Câmara Municipal de vigiasse a atuação dos Professores? (documento de 10/09/1827); por que a Câmara determinava ordem de pagamento para a construção de um Curral do Conselho? (documento de 30/12/1815); por que a Câmara recebera uma cópia do Tratado de Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o da Áustria e as Cidades Hanseáticas? (documento de 27/08/1828 e anexos); qual a importância das pontes de Mandacaru e Gramame para a circulação de pessoas e mercadorias na cidade? (documentos de 10/01/1827 e 10/06/1828); qual o motivo de uma contenda entre o Governador da Província e a Câmara Municipal em torno da nomeação de um Médico francês para a Câmara? (documento de 05/10/1824 e outros); além de perguntas meio gerais dos grupos sobre o que era o cargo de Almotacé, o que significava um Juiz de Fora, o sentido de algumas palavras inusuais, quais as funções de determinados cargos da administração à época, entre outras.

As indagações levaram a leituras adicionais, à formulação das primeiras hipóteses, ao estabelecimento de relações entre os documentos internos de cada pasta e mesmo à percepção de relações entre alguns documentos de pastas de grupos diferentes. Foram tardes de intensas discussões, complementadas por reuniões à parte de cada grupo, cada qual mais estimulado a fazer um trabalho de investigação histórica e transformá-lo numa apresentação para os demais colegas.

Do ponto de vista da bibliografia compulsada pelos grupos, constante nas referências, ela girou em torno de títulos da historiografia local (BATISTA, 1989, CAVALCANTI, 1972, GONÇALVES, 2007, LIMA, 2013, MARIANO, 2014, MEDEIROS, 1994, MOURA FILHA, 2010, PINHEIRO, 2008, PINHEIRO e CURY, 2012), da administração colonial e camarária (CABRAL e CAMARGO, 2010, CAMARGO E CABRAL, 2017, SALGADO, 1985, TERRA et al, 2019), da

⁹ Além da bibliografia pertinente a uma disciplina de Metodologia da História, também se fez necessário o recurso a três conjuntos de referências adicionais: o primeiro que se referia ao uso da paleografia (ACIOLI, 1994) e do uso didático de documentos (JANOTTI et al, 1979), o segundo que versava de maneira mais pertinente à administração colonial e imperial, especialmente no que tange ao papel das Câmaras Municipais na regulação da vida local entre os séculos XVI e XIX (tais como CABRAL e CAMARGO, 2010; CAMARGO e CABRAL, 2017; SALGADO, 1985; SILVA, 1994; TERRA, 2019; VAINFAS, 2000, 2002 e 2008), e um terceiro que se remetia mais diretamente ao recorte temático definido com cada grupo e à história local (BATISTA, 1989; CAVALCANTI, 1972; LIMA, 2013; MARIANO, 2014; MEDEIROS, 1994; PINHEIRO, 2008; PINHEIRO E CURY, 2012).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

escrita colonial (ACIOLI, 1994), do uso didático de documentos (BITTENCOURT, 2011, JANOTTI et al, 1979), de dicionários especializados (SILVA, 1994, VAINFAS, 2000 e 2002 e VAINFAS e NEVES, 2008).

Os resultados finais das temáticas apresentadas, em suas versões escritas para o *power-point* e o blog, foram as seguintes: **I. As Águas contando a história da Cidade: uma experiência em Metodologia da História** (Ana Beatriz Saraiva Leite, Ana Laura Santos Medeiros, Devid Vicente de Carvalho e Thiago Lacombe Torquato de Carvalho), **II. Cultura política: entre tradições e rituais na independência** (Kamylla Rayanne Gouveia Simões, Laryssa Alves da Silva, Martha Valeska Ferreira Neves, Millena Luzia Carvalho do Carmo e Najla Lopes Lima), **III. Os percalços das Primeiras Letras na Paraíba da Independência** (Mylena Vieira Alves, Ronaldo Santos de Almeida e Rosa Karenina Limeira de Oliveira), **IV. O Império para além do mar e emergindo dentro da sala de aula** (John Kennedy da Silva Luiz – Valentino, Jordana Ramos Nóbrega, Luciene Lima Barbosa e Maria Regina da Silva), **V. Medicina e Política Oitocentista: uma breve análise da documentação camarária da cidade de Paraíba** (Aridelson Batista da Silva, Francinally Pereira de Melo, Gustavo Silva Diniz, Hugo Takeshi Hatakeyama e Mariana Karen Alves dos Santos), **VI. Vida econômica na Paraíba dos tempos da Independência** (Hevilly Ferreira da Costa, Paula Carolina Firmino de Lima, Vinícius Bezerra de Oliveira e Walter Bulhões Pinheiro Jr.) e **VII. Caminhos e Passagens: Uma reflexão sobre a cidade de Paraíba, a partir de documentos históricos da década de 1820** (Allan da Silva Ribeiro de Moraes, Felipe Tavares de Souza, Gabriela Estafany da Silva Brilhante, Janderson Mateus de Andrade Martins e Severino Pedro Felipe). Além das publicações, uma das consequências dessa atividade foi o interesse da TV Câmara em produzir uma reportagem de cerca de oito minutos com a experiência dos estudantes, que foi exibido no telejornal em 18 de setembro de 2019 (<https://www.youtube.com/watch?v=R0K-LvR6ng4>).



Fotografias 08 e 09 – Balbúrdia criativa dos grupos em Metodologia da História II (2019.1). Fotos do autor.

Para tornar a experiência mais palpável para a turma seguinte, dois grupos da primeira turma foram convidados a apresentar seus trabalhos para os colegas, gerando um clima de colaboração muito enriquecedor. Um dos grupos, **O Império para além do mar e emergindo dentro da sala de aula**, em decorrência da atividade do semestre anterior, havia produzido um banner, que foi apresentado no **III Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Cultura, Poder, Sociedade e Identidade**, realizado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), entre os dias 14 e 17 de Novembro de 2019.

A partir de breve seleção de alguns artigos publicados no Blog pelos estudantes, retiramos trechos nos quais os mesmos se pronunciavam sobre a experiência:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Trabalhar com esses documentos permitiu a análise de diversos contextos do Brasil que mostram a não gratuidade das cerimônias, rituais, construções de símbolos, etc. Elas integravam a cultura política própria do momento logo imediatamente posterior à Independência do Brasil, na qual havia uma intensa relação entre a política, a Igreja Católica e os festejos cívicos e religiosos. A imagem criada para e pelo o governo tem função de legitimar o poder, garantindo a manutenção de pensamentos, ideais e projetos de um grupo específico.

<https://historiagrande.wordpress.com/2019/10/16/cultura-politica-entre-tradicoes-e-rituais-na-independencia/>

Pudemos perceber, de forma prática, como é o trabalho do historiador. Tivemos nossas limitações, especialmente na leitura dos documentos, o que fez com que percebêssemos a importância da paleografia; também na questão da pesquisa, onde tivemos dificuldades em estabelecermos ligações entre o que o que conectava nossas investigações individuais. A experiência de trabalhar com os documentos no final foi muito rica, dando-nos uma percepção maior como é, na prática, a aplicação da metodologia da História.

<https://historiagrande.wordpress.com/2019/10/07/as-aguas-contando-a-historia-da-cidade-uma-experiencia-em-metodologia-da-historia/>

A experiência de se lidar com documentos antigos nas mãos foi interessante, pela sensação mesmo de se olhar para o passado de forma mais íntima, de enxergar de fato as palavras, um documento escrito a punho e tentar entendê-lo. Houve as dificuldades, como a da leitura em si, visto que algumas palavras são difíceis de entender, além do uso de abreviações que eram desconhecidas por nós até à leitura do documento. Mas o resultado foi positivo e satisfatório, pois esses documentos nos permitem conhecer vários assuntos sobre a história do nosso Brasil. Didaticamente trazidos para sala de aula os respectivos documentos possibilitaram uma prática do ofício do historiador. Assim, trazendo o império que outrora buscava ultrapassar os limites do mar, hoje, fazendo-o emergir dentro da sala de aula. <https://historiagrande.wordpress.com/2019/10/30/o-imperio-para-alem-do-mar-e-emergindo-dentro-da-sala-de-aula/>

Seguindo os moldes da experiência anterior, mas respeitando certas adaptações peculiares à turma 2019.2, realizada no período noturno, com um número menor de matriculados, com quase todos os alunos provindos de dois turnos de trabalho e com o tempo mais escasso para leitura e outras atividades, foram promovidas algumas mudanças, para tornar a Oficina mais factível. Em virtude da dificuldade de se encontrarem ao longo do dia, alguns estudantes solicitaram a realização da atividade de forma individual, com um número menor de documentos por pasta. Na seleção dos temas, alguns documentos foram repetidos, mas outros localizados permitiram novos arranjos de temas. Sendo assim, foram distribuídas as seguintes pastas: I. Urupembas, II. Ponte de Gramame, III. Teares, IV. Máquina dos afogados, V. Currais de Pescaria e VI. Luminárias (o único estudante que teve de deixar a disciplina). Houve, ainda, a reivindicação de dois grupos, de comum acordo com a classe, no sentido de fazerem a Oficina com documentos referentes às suas atividades ligadas a grupos de pesquisa dos quais participavam, de tal forma que ainda foram produzidas outras duas pastas, uma sobre o Medievo europeu e outra sobre o Século XX no Brasil.

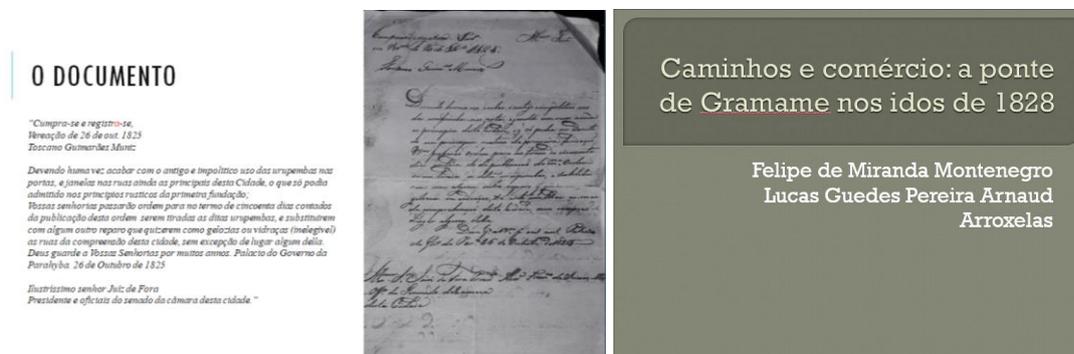
Os trabalhos seguiram os procedimentos da Oficina anterior e os textos em sua versão



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

final versaram sobre os seguintes temas: **I. A Cidade da Paraíba vista através das urupembas** (Piêtra Germana C. de A. Porpino), **II. Caminhos e comércio: a ponte de Gramame na década de 1820** (Felipe de Miranda Montenegro e Lucas Guedes Pereira Arroxelas), **III. Alguns indícios sobre a incipiente produção têxtil na Paraíba no início do século XIX** (Obede Domingos de Sant'Ana e Vera Vieira Bernal de Almeida), **IV. Uma incrível máquina de salvar afogados na Paraíba do século XIX** (Hildebrante da Silva Cândido e Ricardo Vicente Ferreira Filho), **V. Pescadores, currais de pesca e navegantes na Paraíba: uma visão a partir dos documentos dos séculos XVIII/XIX até os dias atuais** (Francisco Martins Neto e Lucas Silva Diniz – Romarinho). Os dois grupos que apresentaram trabalhos sobre temas à parte foram **VI. “A Voz do Trabalhador vem agitar este proletariado”**: a trajetória de um jornal operário na Primeira República (Bruno Sérgio Bezerra Arnoud Guimarães, Oberdan Yusseff de Araujo Soares e Pedro Matias Barbosa Neto) e **VII. Ditos eclesiásticos medievais acerca dos textos tidos “apócrifos”**: uma análise da correspondência de São Jerônimo, São Cromácio e Heliodoro a respeito do evangelho apócrifo do Pseudo-Mateus (Claudio Kuievinny Duarte, Victor Medeiros Garcia e João Gildigleydson da Silva). Esse último grupo solicitou a não publicação de seu texto no Blog.

Em função do calendário letivo da UFPB, com o semestre 2019.2 se encerrando em Março de 2020 e do início da pandemia, no mesmo mês, as apresentações presenciais dessa turma acabaram inviabilizadas na reta final e os grupos remeteram o *power-point* e os textos produzidos para o Blog como instrumentos avaliativos. Não se observaram discrepâncias de aproveitamento entre o semestre anterior e esse, até porque as orientações foram feitas presencialmente e apenas as apresentações foram remotas, de forma não houve comprometimento da qualidade dos trabalhos apresentados.



Ilustrações 01 e 02 – Detalhes de duas apresentações de *power-point* na disciplina Metodologia da História II (2019.2). Fonte: Disciplina de Metodologia da História II.

Uma seleção de falas presentes nos textos do Blog aponta alguns resultados:

Finalizando, não encontramos palavras para definir como foi proveitoso e animador trabalhar com os documentos encontrados na Câmara de João Pessoa-PB. Foi desafiador transcrever esses documentos, visto que até então nunca tivemos contato com a paleografia. Para nós, futuros historiadores, foi uma experiência incrível ver, na prática, como funciona o trabalho do historiador. Pois nem sempre os documentos revelam aquilo que precisamos, por isso, fomos atrás de algumas entrevistas e leituras, e só assim conseguimos compreender a origem e funcionamento dos currais de pesca, além de ter acesso às constantes brigas



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

entre senhores de engenhos, navegantes e pescadores. Também identificamos a presença de uma população poucas vezes percebida no cenário da História, que são os pescadores, que tinham em geral condições muito modestas de vida e muitas vezes eram socialmente discriminados. <https://historiagrande.wordpress.com/2020/05/07/pescadores-currals-de-pesca-e-navegantes-na-parahyba-uma-visao-a-partir-dos-documentos-dos-seculos-xviii-xix-ate-os-dias-atuais/>

A atividade sugerida na disciplina de Metodologia II, com a análise de uma fonte primária nos proporcionou compreender, relativamente, o trabalho de historiadores e historiadoras enquanto pesquisadores(as), nos mostrou caminhos com inúmeras barreiras, todavia também nos manifestou o desejo desvelar o máximo possível de indagações que nos surgem a partir do contato com determinada fonte, contribuindo com a nossa formação como futuros historiadores e historiadoras. <https://historiagrande.wordpress.com/2020/04/20/alguns-indicios-sobre-a-incipiente-producao-textil-na-paraiba-no-inicio-do-seculo-xix/>

Em linhas gerais, as avaliações dos textos produzidos pelos estudantes nos dois semestres letivos apresentam resultados muito similares. Como foram elaborados e publicados após o fechamento das notas em ambos os semestres, parece haver certa confiabilidade nas afirmações emitidas em suas produções escritas, uma vez que isso não alteraria os resultados das avaliações. Certamente houve algumas dificuldades práticas e nem sempre a motivação foi a mesma por parte de todos os grupos, mas os relatos e comentários no próprio Blog dão certa substância à validade da experiência didática realizada.

Ainda após a eclosão da pandemia, uma Oficina foi realizada em caráter totalmente remoto, na disciplina de Metodologia da História, do PPGH-UFPB, quando parte dessa documentação, com novos documentos ou arranjos, foi investigada por três grupos que pesquisavam o século XIX e foram trabalhadas as pastas I. Causa do Brasil, II. Cidade da Parahyba e III. Varadouro. Vale informar que como parte expressiva da turma desenvolvia pesquisas sobre o século XX, foram formados quatro outros grupos que desenvolveram a Oficina em torno de documentação referente ao período da ditadura militar-empresarial de 1964-1985 no Brasil. No entanto, de meados de 2020 até meados de 2021, a experiência teve de ser interrompida em seu formato presencial e foi adotado um formato remoto, envolvendo outra documentação compulsada, uma vez que o manancial permite um amplo espectro temático (em finais de 2021 o formato presencial foi retomado, mas sua análise demandaria outro artigo). Os trabalhos de restauração e digitalização, mesmo após o retorno das atividades presenciais, ainda demanda a retomada dos contatos e tratativas com a administração da Câmara, o que implica num tempo bastante distinto do acadêmico, mas as negociações estão em andamento.

De todo modo, consideramos que os resultados obtidos até o momento são bastante significativos, uma vez que alcançou um amplo público via mídias locais, com dezenas de coberturas jornalísticas a respeito; envolveu dezenas de estudantes de Graduação e Pós-Graduação em História e Arquivologia e colegas docentes de ambos os Departamentos, bem como estudantes e docentes do IFPB, além de outros profissionais; abarcou três instituições públicas das esferas municipal, estadual e federal num esforço de cooperação; resultou até o momento em 21 artigos publicados no Blog História Grande.

No plano mais estritamente acadêmico, apresentamos os resultados no Simpósio Temático [O Patrimônio Cultural em lugar de fronteira: pensar o diálogo entre a História, Educação, Arquitetura, Antropologia e Turismo](#), constante na programação do XXX Simpósio Nacional de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

História (UFPE – Recife, de 15 a 19 de Julho de 2019), com a publicação nos Anais do dito evento do artigo Por trás e para além dos Monumentos: Materialidade, desmaterialização e invisibilidade dos patrimônios ou de como a consagração se torna a outra face da assepsia da história (https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1613783618_ARQUIVO_Por_tras_e_para_alem_dos_Monumentos.pdf), que apresenta parte dessa documentação da Câmara em seu teor. Em uma dissertação de Mestrado defendida em finais de 2020, pelo pesquisador e integrante do projeto Lucas Gomes Nóbrega, intitulada O Novo Patrimônio Católico: a projeção de uma atuação pastoral para uma cidade em mudança (1894-1953), sob nossa orientação, hoje publicada em livro (<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/1064>), também consta parte da referida documentação. As possibilidades para a pesquisa ainda são promissoras, uma vez que parte da documentação sequer foi compulsada, dadas as condições de conservação, o que permitirá novos desdobramentos nesse sentido tão logo esteja acessível.

Certamente, o saldo desse conjunto de atividades não consiste num corpo linear e homogêneo de resultados. Um número expressivo de envolvidos manifestou plena satisfação em ter tido contato efetivo com fontes documentais escritas, para além das leituras indiretas acerca das mesmas. O manuseio, os exercícios de paleografia, as tentativas de interpretação, as formulações de hipóteses, as sínteses possíveis, se tornaram uma experiência atrativa e até divertida, conforme vários sinalizaram em instrumentos de avaliação da disciplina e de outras oficinas. Parte menor dos estudantes parece não ter tido a mesma receptividade, mas é algo a ser devidamente ponderado.

Durante o período de preparação dos trabalhos, a interação com os textos “canônicos” das disciplinas de Metodologia da História e, também, de História do Brasil Colonial e Imperial, trouxe problematizações efetivas por parte dos estudantes em relação às leituras realizadas em ocasiões anteriores. A discussão de aspectos como as relações de poder no mundo colonial, a vida urbana, o processo de independência, entre outros, pareciam se materializar dos textos de autores referenciais para as páginas dos documentos compulsados. Também foi possível observar o desenvolvimento da percepção de questões teóricas e metodológicas associadas ao processo de pesquisa, que emergiram nas discussões levantadas. A produção dos documentos por uma instituição de poder, o controle da escrita, os silenciamentos, as zonas de sombra, foram pontos trazidos à baila no bojo das discussões. Por se situarem num contexto relacionado ao processo de independência e de diversos enfrentamentos políticos anteriores e posteriores a 1822, o aparecimento de um vocabulário peculiar ao momento foi constatado, como, por exemplo, a presença da palavra “pacificação” em um documento do ano de 1824, após a Confederação do Equador, um movimento armado que contestou a centralização na Corte do Rio de Janeiro e que culminou com forte repressão no âmbito local. Também a presença de uma escravidão numerosa e de uma vasta população pobre livre pode ser percebida, mesmo que a documentação em geral não os citasse textualmente, numa espécie de zona de sombras e silêncios que a argúcia de um bom historiador, como preconizado pelos nossos maiores mestres, consegue trazer à luz do dia e ao som das ruas.

A experiência de realização de oficina com fontes escritas em sala de aula, substituindo os processos avaliativos convencionais, geralmente expressos em provas escritas ou outro tipo de atividade, tem um potencial muito rico de ampliação do leque formativo. Consiste numa metodologia ativa e que pode trazer resultados satisfatórios para os participantes. Há que considerar que ao se mudar de grau de ensino – e aqui reiteramos que se tratou de uma experiência fundamentalmente desenvolvida no âmbito da Graduação, com algumas incursões em outros níveis –, as peculiaridades de cada situação possuem um peso a ser devidamente



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

considerado, bem como as metodologias a serem aplicadas, a seleção dos documentos possíveis, enfim, nada pode ser copiado, mas refletido diante de situações concretas, o que qualquer docente deve ter em mente quando se defronta com relatos de experiências

No ano de 2021, ainda em regime de aulas remotas, a Oficina foi repetida, desta feita com uma nova seleção de documentos, a saber: o já referido Livro de Mandados de Despesas da Câmara da Cidade da Paraíba (1814-1819), cuja metodologia de trabalho teve de considerar a experiência por via remota, mas que redundou em novas produções e publicações, já em início de 2022, por parte dos estudantes de Graduação. Encontra-se em andamento a estruturação de nova Oficina, com o Livro de Registro de Ofícios da Câmara da Cidade da Paraíba (1825-1829), retomando as atividades presenciais. Novas publicações na mídia local se sucederam, dando azo à realização de uma série de programas de rádio, através da emissora pública Rádio Tabajara, realizados entre Julho e Novembro de 2022, abrangendo os 200 anos da Independência, mas trazendo diversas questões para o âmbito da história local, ocasião para vários dos referidos documentos terem sido abordados.

Finalizando, gostaríamos de realizar uma brevíssima consideração de ordem mais geral, que diz respeito à importância do trabalho coletivo em História, colocando professores e estudantes num amplo espaço formativo comum, bem como quebrando, na prática, as barreiras equivocadas entre ensino, pesquisa e extensão ou entre educação básica e superior, ou ainda entre Graduação e Pós-Graduação, que, no mais das vezes, se sustentam apenas pela *Feira das Vaidades* que, muitas vezes, substitui aquilo que deveria ser apenas a prática científica e educativa.

Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia*. Recife: Ed. UFPE/ Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1994.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de e ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BATISTA, Juarez da Gama. *Caminhos, Sombras e Ladeiras: Esboço de Perfil de Cidade do Nordeste Brasileiro*. 2 ed. Fac similar. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado Fundação Cultural do Estado da Paraíba/ A União, 1989.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

Blog História Grande <https://historiagrande.wordpress.com/>

CABRAL, Dilma e CAMARGO, Angélica Ricci (orgs.). *Estado e Administração: A Corte Joanina no Brasil (1822-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

CAMARGO, Angélica Ricci e CABRAL, Dilma (orgs.). *Guia da Administração Brasileira: Império e*



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Governo Provisório (1822-1891). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de e TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (Eds.). *História Pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CAVALCANTI, Archimedes. *A Cidade da Parahyba na época da Independência*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Trad. Carlos Néelson Coutinho e Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, MESGRAVIS, Laima e LIMA, Enezila de (resp.). *Coletânea de Documentos Históricos para o 1º Grau – 5ª a 8ª séries*. São Paulo: Secretaria de Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1979.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. vol. 1 (Memória-História). Trad. Suzana Ferreira Borges. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LIMA, Maria Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: Escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX)*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2013.

MARIANO, Serioja. R. C. *A Paraíba no século XIX: sociedade e culturas políticas*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

MARROU, Henri-Irénée. *Do Conhecimento Histórico*. 4 ed. revista e aumentada. Trad. Ruy Belo. Lisboa: Aster; São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MAUAD, Ana Maria et al (orgs.). *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEDEIROS, Coriolano de. *O Tambiá da minha infância – Sampaio*. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/ A União, 1994.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil – séculos XVI-XVIII*. João Pessoa: IPHAN: Superintendência na Paraíba, 2010.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Um Roteiro Histórico Educacional na Cidade de João Pessoa (em texto e imagens)*. João Pessoa: Editora Universitária (UFPB), 2008.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Arquivo Nacional, 1985.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

TERRA, Paulo Cruz, MAGALHÃES, Marcelo de Souza e ABREU, Marta (orgs.). *Os Poderes Municipais e a Cidade: Império e República*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). *Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Notas de autoria

Professor do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. De como antigos papeis se tornaram uma experiência pedagógica. *Documentação, Ensino e Pesquisa em História. Sæculum – Revista de História*, v. 29, n. 50, p. 76-96, 2024.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 11/12/2023

Modificações solicitadas em 08/04/2024.

Aprovado em 20/05/2024



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)